

## GÊNESE DO HERÓI BANDIDO NA LITERATURA SERTANEJA

Ana Marcia Alves SIQUEIRA  
(Universidade Federal do Tocantins)

**RESUMO:** Por meio da história do primeiro cangaceiro cantado pela musa popular – Cabeleira – Franklin Távora cria um romance que, além de oferecer um quadro elucidativo da origem do banditismo no sertão, entrelaçando história e imaginação, delinea diversos fatores sócio-econômicos culturais que sustentam o personagem como representação de um tipo popular na literatura sertaneja: o herói bandido. O artigo pretende, pois, a partir do estudo da obra e das trovas populares sobre o cangaceiro, delinear os vários aspectos que fomentaram a gênese de tal fenômeno, através da análise da origem da violência e da marginalidade no sertão, bem como da presença, no gosto popular da região, de uma especial predileção por aventuras cavaleirescas de valentia e heroísmo.

**PALAVRAS-CHAVE:** cangaço; herói-bandido; aventura cavaleiresca;

**ABSTRACT:** Through the first history of a specific kind of bandits - named 'cangaceiros' - sung by the popular muse – Cabeleira –, Franklin Távora writes a novel that, besides offering a chart to explain the banditism of a specific arid and remote place in Brazil - commonly named 'sertão' - blending history and imagination, outlines many cultural and socio-economic factors that sustain the character as a specific and popular representation of the 'hero-bandit', present in the popular literature of the 'sertão'. The main objective of this article is to outline the most important aspects which stimulated the genesis of this kind of bandits' phenomenon. To do this, we are going to start from the study of the work cited previously and the study of popular songs about bandits, and continue through the analysis of the violence and banditism origin in 'sertão', as well as the presence, in the popular culture of the 'sertão', of a special predilection for chivalrous adventures of courage and heroism.

KEYWORDS: cangaço; hero-bandit; chivalrous adventure;

## 1 INTRODUÇÃO

Franklin Távora (1998, p. 19) foi o primeiro escritor a dar voz teórica ao regionalismo do Norte/Nordeste, antevendo a possibilidade de alcançar uma literatura eminentemente nacional. No projeto da “literatura do Norte”, que resgatasse as “tradições autenticamente nacionais”, o autor conclama os escritores a “levantar ainda com luta e esforço os nobres foros dessa grande região, exumar seus tipos legendários, fazer conhecidos seus costumes, suas lendas, sua poesia máscula, nova, vivida e louçã tão ignorada”.

Nessas linhas, explicita-se a idéia diretriz do romance *O Cabeleira*: dar vida a um tipo lendário da tradição pernambucana, registrado na crônica histórica e também perpetuado pela poesia oral, ou seja, Távora (1998, p.17) romanceou fatos pertencentes às crônicas do fim do século XVIII e à tradição oral sobre o famoso bandido Cabeleira:

A história de Pernambuco oferece-nos exemplos de heroísmos e grandeza moral [...]. Merecem-nos particular meditação, ao lado dos que aí mostram dignos da gratidão, [...] alguns vultos infelizes, em quem hoje veneraríamos talvez modelos de altas e varonis virtudes, se certas circunstâncias de tempo e lugar, que decidem dos destinos das nações e até da humanidade, não pudessem desnaturar os homens, tornando-os açoites das gerações coevas e algozes de si mesmos. Entra neste número o protagonista da presente narrativa, o qual se celebrou na carreira do crime, menos por maldade natural, do que pela crassa ignorância que em seu tempo agrilhoava os bons instintos e deixava soltas as paixões canibais. Autorizavam-nos a formar este juízo do Cabeleira a tradição oral, os versos dos trovadores e algumas linhas da história que trouxeram seu nome aos nossos dias envolto em uma grande lição.

O fragmento esclarece porque a obra é valorizada, segundo Queiroz (1977), como um registro histórico da configuração dos primeiros bandos marginais que deram origem ao cangaço: constituiu-se uma reflexão sobre a continuidade de um *modus vivendi*, levando-se em conta o complexo cultural e a organização sócio-econômica da região.

O interesse em revelar a riqueza cultural do Nordeste serve como pretexto para o autor dedicar atenção a alguns “vultos infelizes”, àqueles que, por circunstâncias diversas, “desnaturaram” tornando-se “açoites das gerações coevas e algozes de si mesmos”. Távora pretende narrar a história de um bandido, fato inédito até então, contudo adverte que os fatos não constituem fantasia, foram registrados pela história, revelando sua opinião sobre a função pedagógica do escritor: “Não estou imaginando, estou, sim, recordando; e recordar é instruir, e quase sempre moralizar.” (TAVORA, 1998, p.70).

Segundo o autor, Cabeleira tornou-se criminoso “menos por maldade natural do que pela crassa ignorância que em seu tempo agrilhoava os bons instintos e deixava soltas as paixões canibais”. Ou seja, Cabeleira (e outros bandidos), por natureza, nasceu bom como todos os homens, mas as condições de “ignorância” (educação) o transformaram em um criminoso, por isso a necessidade de “particular meditação” sobre essa história que traz “uma grande lição”.

A preocupação em narrar uma história e refletir sobre os fatores geradores do banditismo no sertão é significativa, pois, como discutiremos, o fenômeno esteve presente desde o início da colonização da província e continuou ocorrendo, endemicamente, durante todo o século XIX – com especial ênfase na época de publicação da obra em questão – estendendo-se até a primeira metade do século XX.

Não creditamos, contudo, o interesse do autor somente à questão da recorrência desse fenômeno, mas também a outro aspecto presente no fragmento citado: a história de Cabeleira ficou registrada

na tradição oral, os versos dos trovadores anônimos são o testemunho do exemplo moral dado pela triste vida desse herói do mal. Apresenta-se, portanto, outro aspecto fundamental para se entender o imaginário dessa sociedade: a admiração e o interesse que o cangaceiro – bandido característico da região – desperta.

A ambigüidade em relação a esta figura está explícita nas palavras de Távora (1998, p.17), quando acrescenta:

A sua audácia e atrocidades deve seu renome este herói legendário para o qual não achamos par nas crônicas provinciais. Durante muitos anos, ouvindo suas mães ou suas aias cantarem as trovas comemorativas da vida e morte desse como Cid, ou Robin Hood pernambucano, os meninos tomados de pavor, adormeceram mais depressa, do que se lhes contassem as proezas do lobisomen ou a história do negro do surrão muito em voga entre o povo naqueles tempos.

Um herói famoso pela “audácia e atrocidades”, comparado a Cid Campeador e a Robin Hood, mas que causa grande pavor, é fato intrigante que pode, porém, ser explicado pelo reconhecimento da proeza, mesmo quando motivada por ações e sentimentos maldosos.

A hipótese norteadora desta análise baseia-se na afirmação de Weckmann (1993, p.227) de que os cancioneiros brasileiros apresentam características exclusivas porque são continuação das gestas medievais. Aqui, esses romances, em vez de cantar proezas de cavaleiros como Amadis ou Lancelot, registram as heróicas andanças realizadas pelo sertanejo comum: o vaqueiro, o líder rebelde, o cangaceiro, o cabra valente.

A musa popular registrou a história de Cabeleira como o primeiro herói do mal no sertão. Infelizmente desta épica pouco restou, entretanto, em sua esteira, muitas outras trovas sobre outros bandidos foram criadas até se chegar à épica de Lampião e seu bando (Cf. DAUS, 1982).

## 1 ENTRELAÇAMENTOS HISTÓRICOS E LITERÁRIOS

Távora destaca, no prefácio à obra, a fonte histórica consultada sobre a vida do bandido: Bernardo Fernandes Gama (1977) publicou, em 1844, *Memórias Históricas da Província de Pernambuco*, cujo objetivo era a narração dos fatos mais notáveis da província e da pátria.

Dentre a variedade de informações registradas, interessamos o período de governo do Capitão-General José César de Menezes (1774 - 1787), época de atuação de Cabeleira e de seu bando. Gama inicia seu comentário sobre o período, relatando as atrozidades por que passou Pernambuco na época: além do envio de tropas para a guerra entre Portugal e Espanha, no Rio da Prata, que diminuiu o contingente masculino na província, a peste de varíola assolou toda a Província, em 1775, seguida de uma grande seca e de sua conseqüente companheira – a fome, dizimando a população, ao longo de 1776 e 1777. O historiador (GAMA, 1977, p. 360) destaca o empenho do governador em punir os delinqüentes da Província, narrando, em seguida, a história de Cabeleira:

Havia annos que um famigerado mameluco, chamado cabelleira, um filho d'este, e um pardo, de nome Theodosio, ladrão mui astuto, horrorisavam esta Província com seus enormes crimes! Aqui mesmo n'esta Cidade, esses facínoras commettiam homicídios, e furtos; mas nas nossas circumvizinhanças tinham infundido tão grande terror, principalmente os dous primeiros, que ninguém se julgava seguro! Para todos armarem-se como se uma grande quadrilha ameaçasse as vidas, e bens de todos, nada mais era preciso, do que espalhar-se a noticia de que o cabelleira se approximava! Tudo se punha em armas, e aquelles que assim não se preveniam por timoratos, o recebiam com submissos obséquios, e se prestavam apressados a todas as suas exigências! José Cezar fez marchar contra esses malvados diferentes partidas Militares, [...] conseguido prendê-los, foram elles processados, e afinal condemnados pela Junta de Justiça a morrerem enforcados; sentença que cumpriram quatro dias depois de proferida, e subiram ao patíbulo, dando mostras de grande contricção, e arrependimento de seus delictos. Os Trovadores d'aquelle tempo

compozeram cantigas alluzivas à vida, e morte do Cabelleira, e ainda hoje as velhas cantam essas trovas, quando acalentam os netinhos.

A época de atuação de Cabelleira coincide com a expansão colonizadora que empurrou o homem para além das terras de massapé (Cf. SIMONSEN, 1978) e fez surgir um novo tipo de cultura – a de criação de boi – cujos traços mais salientes, segundo Mello (2004), contribuíram para que o modo de viver e sentir do sertanejo se configurasse de forma diversa daquele estabelecido na zona açucareira ou no litoral urbano.

O primeiro destes traços, relacionado à organização do trabalho, diz respeito à predominância do individualismo sobre o coletivo, porque, enquanto os engenhos exigiam muitos trabalhadores agindo em conjunto, a criação de boi, porém, necessitava de poucos vaqueiros dispersos no ambiente vasto e agressivo da caatinga. Somam-se o nomadismo e a capacidade de improvisação, gerados pelas ocorrências periódicas de secas que, além de prejudicarem o desenvolvimento da agricultura, impediam a fixação. A pobreza dos pastos do semi-árido, rapidamente exauridos, exigia a abertura de novas áreas para o gado, daí os constantes deslocamentos e o distanciamento do núcleo administrativo da propriedade.

Cada trabalhador cumpria suas tarefas de forma autônoma e solitária: um único vaqueiro ficava encarregado de uma extensa área onde o gado era criado livremente. Apenas em alguns períodos do ano, os trabalhadores uniam-se para reunir o rebanho disperso e marcar as novas crias. Esse modo de realização das tarefas pecuárias propiciou outros traços característicos dessa cultura: os sentimentos de independência, autonomia e livre-arbítrio, pois o distanciamento do patrão e a ausência de um comando diário, dirigindo as atividades, permitiam que cada um atuasse de maneira própria, senhor de si e de seu trabalho.

Acrescenta-se que, no início da expansão, as dificuldades advindas da ocupação de novos territórios selecionaram um tipo de

homem particularmente rude e tenaz: a luta contra os índios, os animais – principalmente onças – e a natureza árida exigia que os homens fossem resistentes e violentos. Vale citar as palavras de Cascudo (1975, p. 211) a esse respeito:

O sertão foi povoado dos fins do século XVII para o correr do século XVIII, por gente fisicamente forte e etnicamente superior. Enfrentava os índios quem não tinha medo de morrer nem remorsos de matar. [...] A necessidade da defesa imediata contra o índio implacável criou o uso indispensável das armas, o emprego do desforço pessoal, a confiança em seus próprios elementos de defesa, o orgulho das pontarias seguras e das armas brancas, manejadas agilmente.

Somam-se a este fator as grandes distâncias e dificuldade de acesso que ocasionavam a ausência da administração pública e favorecia o exercício da justiça pessoal; como resultado, o poder ou força pautando as relações sociais.

Diversos relatos descrevem os sertanejos como corajosos, sinceros e hospitaleiros, mas também salientam como “são vingativos, pois ofensas raramente são perdoadas devido ao orgulho desmedido e ao rígido código de honra” (KOSTER, 1978, p.161). Ferdinand Denis (1976, v. 2, p. 117) destaca o temperamento impetuoso ao extremo e a valorização da honra e do orgulho, o que ocasionava uma “sede de vingança que não conhece limites”.

Como o nordestino, ao se distanciar do litoral, não sofreu o disciplinamento da proximidade do patrão e da ação coerciva do poder público, é compreensível, que o arrojo pessoal, o aventurismo e um acentuado gosto por soluções violentas aflorassem no homem sob tais condicionamentos.

A situação de colonização ocasionou a presença constante da violência no sertão – usada contra o índio, contra a natureza e agravada pela falta de justiça. Porém, quando o panorama se modifica com o adensamento populacional e o crescimento de vilas e cidades, o hábito da violência não desaparece rapidamente. Durante o longo

período de isolamento do sertão, o uso da violência como forma de sobrevivência constituiu aspecto rotineiro, porque estava imiscuída no modo de ver e sentir das pessoas. Tal fato elucidada o porquê da valorização dada, nesse universo, à figura do valentão, do cabra e do cangaceiro. As trovas sobre Cabeleira, imortalizadas pela tradição popular, o demonstram (TÁVORA, 1998, p. 23):

Meu pai me pediu  
Por sua benção,  
Que não fosse fraco,  
Fosse valentão.

Evidencia-se, portanto, uma dicotomia: os bandidos impõem o medo e a insegurança, mas o sertanejo, que tem entranhada em de si a valorização dos velhos tempos de luta, quando não era preciso esperar pela justiça pública, não deixa de ver como heróis esses personagens que se destacam pela coragem, valentia e, até mesmo, pela violência, pois são exemplos dos que não se dobram ao jugo de outrem. Aspecto também presente na obra de Távora (1998, p.42):

Hei de ensiná-lo a ser valente. Há de aprender comigo a jogar a faca, a não desmaiar diante de sangue como desmaias tu, mulher sem espírito que não tens ânimo para matar um bacorinho. Não sabes que o assassino é respeitado e temido? Queres que não haja quem faça caso de teu filho?.

Há uma sugestão de valentia influenciando o imaginário popular do Nordeste, porém, conforme ressalta Cascudo (1953, p. 31), “o povo admira no cangaceiro, no bandoleiro audaz o destemor e não o ato criminoso”. O herói é concebido de acordo com um modelo de perfeição, de forma a talhar um homem circunscrito aos ideais de bravura e coragem, perfazendo a idealização virtual do sertanejo, que morre, mas não se dobra.

Soma-se ainda a existência de um “código de honra” que, mantido pelo costume e perpetuado pelo uso, delimitava as esferas

de influência e os limites dos indivíduos no sertão. Mediante esse código não escrito, defende-se o direito à vingança em crimes cometidos contra a propriedade (roubo), contra a vida (homicídio) e contra a integridade sexual (desonra e violação de mulheres) ou moral (ofensa contra a pessoa e sua imagem).

Aqueles mais rudes, habituados a impor sua vontade, não toleravam nenhum tipo de contrariedade, levando às últimas conseqüências o revide a qualquer ofensa, por menor que fosse. Disposição explícita por Távora (1998, p. 44) em seu romance :

– Sabes para que fim te dou este ferro, José? É para não sofreres desaforo de ninguém, seja menino ou menina, homem ou mulher, velho ou moço, branco ou preto o que te ofender. Se alguma vez entreres em casa, como entraste hoje, apanhado, chorando, ouve bem o que te estou dizendo, dou-te uma surra de tirar pele e cabelo, e corto-te uma orelha para ficares assinalado. Toma o ferro.

As palavras de Barroso (1977, p. 53) “no sertão, quem não se vinga está moralmente morto” ratificam a importância de se observar esse código e imprimem verossimilhança à atitude do personagem, pai de Cabeleira, cuja preocupação é educá-lo para que seja respeitado, para que, da mesma forma que ele, Joaquim, imponha sua vontade e se torne um “homem”, conforme o modelo imposto pelo contexto violento.

Por defender esse tipo de moralidade, o nordestino acabou por se identificar com a figura do cangaceiro. Somente sob o prisma dessa peculiaridade da mentalidade do povo sertanejo é que se pode compreender como, apesar dos crimes e atrocidades cometidos pelos bandos, o cangaço ou banditismo logrou obter admiração na sociedade nordestina, sobretudo porque ser um “cabra macho” é qualidade de maior apreço no imaginário local, como esclarece Mello (2004, p. 26):

[...] houve um tempo – e não foi tempo curto, mas séculos – em que a um jovem que não fosse filho de fazendeiro ou ligado à outra expressão da acanhada elite econômica local restava apenas a alternativa

de ser policial ou bandido, uma e outra coisa, aliás, parecendo-se bastante num meio em que a luta diária orientava-se para a sobrevivência. No sertão o banditismo não vem conhecer apenas o estímulo de uma cultura violenta, em que o épico se fazia sentir à flor da pele. É ali que recebe o próprio nome com que se perpetuaria na memória escrita e na poesia cantada pelo povo.

Conseqüentemente, a presença de bandidos não é rara nos relatos e crônicas históricas desde os primeiros tempos de Capitania. Durante o domínio holandês na região, ao banditismo nacional juntam-se aventureiros, ladrões e até desertores das tropas de ocupação – franceses ou holandeses – além de negros fugitivos.

Lima (1972, p. 111-118) também se refere a relatos da ação de “salteadores” e “bandidos” no século XVII, dentre estes, Cabeleira, que, por desenvolver uma atuação tão rica em peripécias e maldades, constitui-se uma das figuras mais expressivas em relação ao assunto. Sua lendária presença na gesta popular deixou profundas marcas na imaginação sertaneja, a ponto de torná-lo o primeiro bandido a ser perpetuado pela literatura erudita da região. Além da obra de Fernandes Gama (1977), fonte declarada de Franklin Távora (1988), o Arquivo de microfilmes do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco possui documentação do século XVIII que faz referência ao bandido, da qual se destaca, por conta das descrições, uma carta, de 14 de janeiro de 1786, enviada pelo governador José César de Menezes ao ministro do Ultramar Português, Martinho de Melo e Castro, relatando a prisão do bandoleiro (apud MELLO, 2004, p. 349-50), a qual só se realizou após grandes esforços. A missiva fornece interessantes dados sobre a vida irrequieta e sobre o terror que o jovem era capaz de provocar com seus roubos, violências e intrepidez:

Na freguesia do Cabo havia um José Gomes, denominado Cabeleira, filho de Eugênio Gomes, os quais, seguidos de uma mulata, amásia do Cabeleira, de alguns tempos a esta parte se tinham feito o terror daqueles povos, tanto pela sua escandalosa dissolução de vida, como pelos continuados roubos e mortes que cometiam, andando sempre

armados de espingardas, pistolas e facas de arrasto. E de tal sorte viviam todos atemorizados destes malfeitores que só a notícia de que eles se achavam próximos de povoação ou deste ou daquele engenho bastava para os moradores se fecharem nas casas e não usarem de sair delas; o que sendo presente por muitas queixas ao juiz de fora desta praça, Antônio de Souza Correia, a cuja correição pertence o distrito da freguesia do Cabo, por benefício daqueles povos e satisfação da Justiça se deliberou a procurá-los para os prender a todo o risco, indo pessoalmente a essa diligência, porém não resultou dela o pretendido efeito porque os executores das suas ordens andavam nimamente preocupados de medo, que os tais malfeitores ainda mais aumentavam, mostrando-se cada vez mais intrépidos e insolentes, chegando o seu atrevimento ao ponto de publicarem que da mesma pele do juiz de fora haviam de fazer um surrão.

A insolência, a valentia de até mesmo ameaçar autoridades como o juiz e o medo incutido naqueles que deviam combatê-lo elucidam a admiração provocada por Cabeleira, apesar de sua crueldade. Admiração pela coragem de tudo enfrentar, de não temer ninguém, nem mesmo o juiz, de, ao contrário, ser temido por todos e viver segundo sua vontade.

Essa rebeldia em relação às normas e a falta de limites produzem terror e assombro, daí a ambigüidade dessa figura: é um malfeitor e um rebelde, um homem pobre que se recusa a aceitar os papéis típicos da pobreza e que firma sua liberdade através dos únicos recursos ao seu alcance – a força, a bravura, a astúcia e a determinação. Isto o aproxima do povo: ele é um deles também.

O bandido é valente, tanto em ação como quando é vítima, porque morre desafiadoramente e com dignidade. Para Hobsbawm (1976, p. 133-134), isto serve como identificação – aqueles jovens que moram em uma casa simples, em um cortiço ou nos confins do sertão, que nada possuem, senão o dom comum, porém precioso, de força e coragem, identificam-se com ele, porque: “numa sociedade em que os homens vivem da subserviência, como escravos de máquinas de metal ou como peças moventes de maquinaria humana, o bandido vive e morre de cabeça erguida”.

Sob esta óptica, o bandido deixa de ser apenas um homem e passa a ser um símbolo de rebeldia; por isso a preocupação do governador com a captura e o castigo exemplar de marginais agressores da população e, principalmente, de autoridades.

Os fatos discutidos demonstram como o banditismo esteve presente no processo de colonização e desenvolvimento do Nordeste sertanejo. Essa presença, muito favorecida pelas longas distâncias e pela dificuldade de organização do aparato policial repressivo, dividido nas mãos dos capitães-mores nas regiões rurais, se não foi intensa em todos os momentos, pode-se dizer que foi constante e passou a se agravar, ao longo do século XIX, até chegar ao ápice com os ciclos dos bandos de Antônio Silvino e Lampião, no início do século XX.

O banditismo, segundo Hobsbawm (1976, p. 28-30), é mais comum em regiões onde há excedente de mão de obra e as dificuldades (escassez de terra, seca) impedem o trabalho de todos; tende, portanto, a se tornar epidêmico durante calamidades, pauperismo ou crise econômica. O fenômeno pode ser visto como um reflexo da fome de alimento e de liberdade, abrangendo variados aspectos. Muitas vezes, são mobilizados homens que, por um motivo ou outro, não se acham integrados na sociedade rural e que, por isso, são forçados à marginalidades legal, ou então, são homens atraídos para a marginalidade devido a uma característica individual e voluntária: “homens que não estão dispostos a aceitar o papel social dócil e passivo do camponês submisso, os arrogantes e recalcitrantes, os rebeldes individuais”, que diante de uma perseguição ou injustiça não se curvam à força, preferindo seguir o caminho da resistência e da marginalidade. São eles, na frase familiar clássica do camponês, os “homens que se fazem respeitar”.

Assim, no Nordeste, sob o nome “cangaceiro”, reúnem-se variados tipos de criminosos: o político perseguido, o vaqueiro que se vingou em defesa da honra familiar, o criminoso comum que se esconde na caatinga e até os mais perigosos assassinos que escolhem esse caminho como um modo de viver sem se sujeitar a um senhor

ou ao trabalho árduo (Cf. QUEIROZ, 1977, p.77). Mas, a maioria dos cangaceiros famosos utiliza a vingança como escudo ético para justificar o ingresso na marginalidade, recurso aceito pelo código de honra do sertanejo e fartamente utilizado pela literatura popular.

Como nestes casos podem combinar-se diversas circunstâncias, cantorias e cordéis, às vezes, celebram cangaceiros famosos pelo heroísmo em defesa dos pobres contra todo tipo de opressão, à moda de Hobin Hood. Jesuíno Brilhante (1844-1879), por exemplo, entrou para o cangaço por conta de vingança entre famílias, passou toda sua vida envolvido em lutas, porém, seus biógrafos são unânimes em reconhecer que seguia um rígido código de conduta, respeitava as mulheres e a moral, além de não permitir que nenhum de seu bando atemorizasse a população. Do mesmo modo, Luís Padre e Sinhô Pereira, chefes de bando considerados justiceiros, têm o reconhecimento de apresentarem um comportamento bastante contido, reprimindo severamente os crimes sexuais e permitindo as expropriações somente em casos de extrema necessidade. Ou então, essas cantigas e cordéis podem narrar as terríveis façanhas dos cangaceiros sanguíneos que operam qualquer violência contra inimigos, soldados e povo em geral.

Roger Bastide (1964) e Rui Facó (1965) discutem como a concentração econômica nas mãos da aristocracia latifundiária gerou a miséria extrema dos pequenos produtores da agricultura de subsistência e da massa de trabalhadores. Fato que, nos períodos de seca e fome, gerou o fanatismo religioso e o banditismo ou cangaço. De acordo com estes pesquisadores, a origem do banditismo deve-se à organização social e política do Nordeste. De início, surgiu das lutas coloniais entre as grandes famílias, que brigavam entre si por questões de gado, posse de terras, prestígio, ou por casamentos recusados. Como o Estado estava muito distante para impor a lei, a justiça acabou se tornando uma ação privada. Assim, pelos laços de compadrio ou de gratidão, o vaqueiro torna-se um profissional do crime. O serviço, encomendado pelo patrão ou protetor, é realizado de acordo com um código de fidelidade: o apadrinhado,

além da proteção, também recebe um pedaço de terra onde vive e cultiva para sua subsistência; em troca, deve pegar em armas quando seu protetor precisar. Esse “contrato” de obrigações mútuas lembra a relação feudal entre vassalo e suserano, embora as condições sejam muito distintas.

Não se sabe quando um grupo de cangaceiros começou a agir fora da proteção de um clã, mas os relatos citados demonstram a existência desses bandos desde o século XVIII. Uma hipótese para sua formação eram as guerras entre famílias, em que um capanga se desentendia com o patrão, se não entrasse para a proteção de outra família, aliciava insatisfeitos para formar grupos que, em diferentes locais do sertão, cometiam vinganças, desatinos e violências.

Os registros históricos sobre Cabeleira e seu bando não são suficientes para sabermos se Joaquim Gomes fez parte de algum grupo armado subordinado a um grande proprietário ou chefe político antes de ingressar na criminalidade “autônoma”. As trovas que restaram sobre o assunto tratam apenas do caráter mau e violento do mameluco que levou o filho à vida de crimes, ou seja, a análise da história de Cabeleira mostra que seu encaminhamento para a marginalidade se deve à combinação de alguns aspectos, principalmente aqueles relacionados ao caráter voluntarioso e violento do pai e à sua inadequação à sociedade. Diz a trova popular recolhida por Távora (1998, p. 45):

Minha mãe me deu  
Contas p'ra rezar  
Meu pai deu-me faca  
Para eu matar

No romance, a imaginação criadora de Franklin Távora (1998, p. 40) esclarece como o pai transformou a criança inocente no bandido sem coração – Joaquim Gomes sempre buscou direcionar Cabeleira para atitudes violentas –, desde a infância

educou-o na arte de matar animais para que aprendesse a ser um homem temido, capaz de matar pessoas, se necessário:

Tens pena tu, José? Pois sabe que é preciso que percas esta pena e que te vás acostumando a ser homem. Se hoje cravas o espeto na titela do bem-te-vi, amanhã terás necessidade de cravar a faca no peito de um homem; e se no momento da execução tiveres a mesma pena, ai de ti! Que a mão te fraqueará, e o homem te matará.

Tal temperamento rebelde e violento impediu-o de continuar a viver na vila com a mulher e o filho, porque não se enquadrava nas normas de convivência de uma sociedade pacífica. Na opinião de Joaquim, Joana, com suas rezas e bons sentimentos, transformaria o menino em um sujeito fraco, incapaz de se fazer respeitar; por isso despedaça o rosário que ela dera a José. Ao saber do ocorrido, o pároco chama o pai e o adverte: “se ele repetisse a cena do rosário, ou obrasse ato idêntico, seria ele Joaquim quem deveria de morrer queimado por crime de heresia”. Percebendo que não poderia mais viver na vila sem obedecer às normas do padre ou dos governantes, o mameluco prefere partir para viver como um marginal: “determinou de deixar sua casa para se ir meter com José no oco do mundo” (TÁVORA, 1998, p. 45).

A situação imaginada pelo autor está em conformidade com nossa história oficial, pois, segundo Vainfas (1989, p. 221), no Brasil, a colonização consistiu em uma verdadeira cruzada espiritual que tinha por objetivo regulamentar o cotidiano das pessoas pela orientação ética e pela catequese, além de exercer severa vigilância doutrinal e de costumes, pela confissão e pelas devassas da Santa Inquisição, que agiu no país entre os séculos XVI e XVIII. Esse controle, no sertão, durante o século XIX, continuou, conforme Silva (1988, p.11-2) através das missões que, além de realizarem a catequese, também exerciam um papel pacificador das populações distantes.

De acordo com o narrador (TÁVORA, 1998, p. 17-18), assim começou a vida de crimes do rapaz, como, de modo parecido, pode



ter começado a vida marginal de tantos outros rebeldes violentos que povoavam o sertão, ao longo de sua história: “De parceria com um pardo de nome Teodósio que primou na astúcia e nos inventos para se apossar do que lhe não pertencia, percorriam José e Joaquim o vasto perímetro da província em todas as direções, deixando a sua passagem assinalada pelo roubo, pelo incêndio, pela carnificina [...]”.

A outra possibilidade de formação para esses bandos, que não exclui a anterior, mas a complementa, está ligada à ocorrência de calamidade pública – secas ou pestes – quando os latifundiários fugiam para as cidades e a ausência de autoridade favorecia a ação de grupos marginais: o desespero de retirantes que saqueavam em busca de comida, atividades de assaltantes “profissionais” ou ação de cangaceiros, ligados a um chefe político, que tomavam para si a tarefa de manter a ordem segundo seus interesses.

A seca no Nordeste tem sido um fenômeno climático que acompanha a história do país. Um dos primeiros a descrever o problema foi Fernão Cardim, em 1580. Segundo registros históricos (VILLA, 2000, p. 18-19), houve seis grandes secas no século XVII, sete no século XVIII, cujos efeitos foram mais devastadores por conta de a colonização já ter avançado para o sertão com a atividade pecuária e um maior número de moradores ocupar a região atingida. No século XIX, a tragédia multiplicou-se, pois, além do crescimento populacional, as ocorrências também aumentaram: doze, no total.

Nesse cenário de desordem e abandono, surgem duas figuras emblemáticas que sinalizam os meios de resistência encontrados pelo sertanejo: o cangaceiro e o beato. O primeiro irrompe como a vitória da força física, da violência e do instinto de sobrevivência sobre a fome e as barreiras morais e sociais impostas pelo meio. O beato fanático traduz a vitória da exaltação mística, do apelo espiritual como única forma de resistência aos flagelos impostos por Deus. Enquanto, à beira-mar, o apelo místico das igrejas barrocas, cheias de dourados e as celebrações de rua reúnem, em comunhão, na mesma alegria piedosa ou profana, as raças e as

camadas sociais, no sertão, a religião é trágica, torturada pelos espinhos da vegetação e pelo sol implacável, a lembrar a cólera divina. Por isso a seca e a fome estão diretamente relacionadas ao fanatismo religioso e ao banditismo ou cangaço.

Ao sertanejo, torturado pelo sol implacável, pela fome, pela terrível visão da terra cinza e ressequida, coberta de espinhos e de ossadas, a lembrar os sofrimentos do inferno, só resta sonhar com a reconquista do Paraíso e apelar para a salvação divina. Mesclam-se às suas crenças cristãs o mito da “terra sem males”, do antepassado indígena, da busca da “terra de promessa” do povo judeu, juntamente com a adaptação do messianismo trazido pelos portugueses. O resultado é uma série de movimentos místicos – O Reino Encantado de Pedra Bonita, Canudos, Juazeiro e o beato do Caldeirão (NEGRÃO, 2001) – que nada mais são que a angústia diante da fome.

Esse é o ponto de contato para que Hobsbawm (1976, p. 22) relacione o banditismo e os movimentos místicos. Conforme seu raciocínio, os bandidos são vistos como revolucionários porque buscam fugir da opressão e querem um mundo melhor, perfeito, sem trabalho, sofrimento ou perseguição, o qual se relaciona ao mundo novo e justo proposto pelo milenarismo.

Em suma, a união entre os aspectos apontados: as condições climáticas difíceis (seca), a organização sócio-econômica da região e a modalidade criminal rica em violência possibilitaram que o banditismo no sertão crescesse, consideravelmente, durante todo o século XIX. Assim, paralela à seca de 1844-45, surgiu, no Cariri (CE), o bando dos Serenos, que agiu nos três Estados fronteiriços à região. Na mesma época e vizinhança, apareceram os Xio. Também em meados do século XIX, começaram a atuar os Guabirabas. Também durante a grande seca de 1877-1879, surgiram muitos bandos no sertão: os Mateus, os Simplícios, os Meireles, os Barbosas e os Viriatos, dentre os quais destacamos o bando chefiado por João Calangro, que também apadrinhou outros bandos, como o dos Quirinos. É sabido que Calangro agia desde 1875 e que, no auge da

seca, considerava-se a justiça no sertão convulsionado por tanta calamidade (QUEIROZ, 1977, p. 27).

### 3 A REALIDADE IMAGINADA: O HERÓI-BANDIDO

Cem anos após a morte de Cabeleira, a situação no Nordeste não havia se modificado, secas e epidemias acompanhadas do fenômeno do banditismo ainda varriam o semi-árido, flagelando a população sem recursos. O cangaço continuava como uma saída contra a miséria profunda e a fome. O fenômeno, permanecendo endêmico durante longo período e apresentando ocorrências importantes em época contemporânea de Franklin Távora, forneceu elementos para a recriação da vida do famoso bandido, pois, inspirando-se no relato do passado e revivido pela realidade presente, o autor faz uma vigorosa reconstrução de suas ações, de acordo com o ideal sertanejo.

Outra decorrência deste complexo quadro de fatores sócio-econômicos e culturais, ligados ao modo de colonização estabelecido, diz respeito a uma especial predileção por aventuras que cristalizam imagens de valentia e heroísmo, ao gosto do cavaleiro andante, figura popular no medievo e também no sertão do século XIX. Tais aspirações têm como fulcro as histórias trazidas pelos colonizadores, o cordel e a tradição oralmente perpetuada pela população das regiões interioranas, alheias às constantes transformações das cidades.

Para Queiroz (1977, p. 38), “a épica de Carlos Magno e os doze pares de França, muito popularizada pelo cordel, constitui a matriz para a épica do cangaço”, na qual Antônio Silvino e Lampião são relacionados ao chefe supremo que conduziu seus pares por incontáveis aventuras no sertão brasileiro. Em uma sociedade de criadores de gado, como a do sertão nordestino, o ideal do cavaleiro andante, o gosto por aventuras e torneios tende a perdurar; por isso, ainda são correntes, além da épica carolíngia, as histórias de

Amadis de Gaula, da princesa Magalona, de Roberto do Diabo, da Imperatriz Porcina e de João de Calais. Os habitantes do semi-árido julgavam encontrar nessas lendas a imagem ideal da ordem social em que vivem, e os grandes latifundiários, chefes de extensas parentelas, de certo modo, consideram-se “pequenos Carlos Magno, rodeados de seus pares”.

Para compreender realmente este fenômeno de aproveitamento da herança medieval, devemos buscar as raízes profundas e míticas que alimentaram a alma brasileira e permearam o contexto sócio-econômico, favorecendo a permanência e proliferação de histórias ligadas aos heróis de cavalaria. Preocupação que também norteou pesquisadores como Cascudo (1953) e Peloso (1996). Este último esclarece que há um fascínio pelas aventuras de Amadis de Gaula e que o gosto pelos romances de cavalaria “atravessa toda a literatura de viagem ibérica da época, influenciando inteiras gerações de leitores no Velho e no Novo mundo” (PELOSO, p. 46). Conforme seu raciocínio, isso acontece porque os componentes dessa literatura de tons populares são aqueles apreciados ao longo dos tempos: ação emocionante, aventuras fantásticas, sentimentos e cenas de amor, heróis invencíveis e de corações nobres, belas damas, vigoroso tom descritivo e otimismo unido à coragem. Cascudo (1953, p.30) afirma que essa tradição cavaleiresca chegou à América nas bagagens dos colonos de forma abundante – “*pliegos sueltos*, folhas volantes e textos de cordel em geral inundaram o Novo Mundo, depois de ter inundado o Velho”.

No sertão nordestino, perpetuou-se o costume de histórias narradas nos serões familiares; histórias dos livros (produto raro) ou então veiculadas por cantadores ambulantes que iam pelas fazendas ou feiras, transmitindo notícias, reproduzindo histórias, inventando cantos, improvisos, repentes e desafios. Enquanto não se difundiu a tipografia, os folhetos constituíam um meio barato de divulgação dessa produção poética, que era transmitida oralmente, mas que, geralmente tinha uma origem ou inspiração erudita.

Desde a época medieval, com a ausência da escrita e com o analfabetismo, os que sabiam ler formavam os círculos divulgando oralmente essa literatura, tal como ainda hoje, em feiras do nordeste, podem ser vistos cantadores que lêem/cantam esses folhetos. Assim, a tradição oral ibérica dos romanceiros, das histórias de cavalaria e também dos contos maravilhosos e folclóricos, trazida pelos colonos, foi e é transformada e revivificada pelos poetas e escritores brasileiros, eruditos e populares. Desse amálgama entre o antigo e o novo, cristalizando tradições e lançando novos elementos, compõem-se os textos produzidos pela “voz popular”.

O registro da vida criminoso de Cabeleira – precursor do cangaço –, em diferentes versos, autoriza a conclusão de que sua história constituiu um importante capítulo na memória do povo pernambucano. Embora a disseminação do chamado ciclo do cangaço tenha se consolidado somente no século XX (Cf. DAUS, 1982), as notícias sobre a ação de cangaceiros, ao longo das secas que cortaram todo o século XIX, marcaram época no imaginário popular, misturando barbárie e heroísmo na mente do sertanejo.

Cascudo (1953) explica a literatura popular como reflexo da mentalidade coletiva, em cujo meio nasce e vive; é retrato de seu temperamento, predileções e gostos, fixando o processo de compreensão do raciocínio e do julgamento da coletividade sobre um dado assunto. Por isso explica que a persistência de uma tradição ou de narrativas, no plano psicológico, é resultante da identidade emocional dos leitores para com assuntos e temas. Daí a identificação com as histórias tradicionais, porque cada uma delas, no plano psicológico, trata de questões universais sobre o ser humano e sua condição:

Para os leitores a DONZELA TEODORA era a valorização emocional da inteligência feminina. ROBERTO DO DIABO era a valentia em serviço do Mal e depois o arrependimento e a contrição num soldado de Deus, pelejando o bom combate de espada e lança em defesa do direito e da justiça, além do episódio amoroso atraidor (CASCUDO, 1953, p. 30).

Como o sertanejo, durante séculos, enfrentou um cotidiano violento de lutas, aprendeu a admirar o homem valente. A justiça lenta e distante, substituída pelas armas e bandos que cada proprietário podia manter, propiciou uma série de lutas ferozes. Dessas lutas, tiroteios, assaltos, tocaias e cercos a fazendas, que se defendiam como castelos, nasceram os registros poéticos, as gestas anônimas da valentia e destemor de índole sanguinária e violenta. Essa valorização das façanhas e a aceitação da violência como inerente ao cotidiano, aliado à apreciação das histórias de cavalaria e de heroísmo, possibilitou que os protagonistas desses romances, xácaras e novelas fossem identificados, no sertão, aos cangaceiros, dentre os quais Cabeleira é o exemplo mais antigo de nossa tradição.

Segundo Cascudo (1978), essa produção acabou se adaptando ao ambiente nordestino ao assumir traços e coloração locais. Trata-se de um transplante cultural que encontra receptividade em um ambiente favorável que depura e filtra o material recebido, adequando-o a um rol de demandas sócio-culturais específicas. Assim, ocorrem curiosos mecanismos de substituição: os reis das antigas histórias são substituídos pelos senhores de engenho ou grandes proprietários de terras e gado e os cavaleiros e heróis guerreiros são substituídos por valentões, capangas ou cangaceiros.

O bandido é, pois, configurado como figura ambígua, caracterizado ora como um ser marginal, sanguinário e violento, um inimigo a ser temido, ora como uma espécie de justiceiro, de símbolo da resistência aos chefes políticos locais, igualmente violentos. Nessa segunda concepção, a figura do cangaceiro avulta como uma espécie de herói, que dá ao opressor, e aos que se colocam a serviço deste, a paga ao pouco-caso para com o sofrimento do pobre. Ele representa o rebelde, dentro do contexto sertanejo, o desejo de liberdade, de insubmissão, como também desejo de se destacar da grande massa submissa e anônima.

Nem sempre, porém, a dualidade do bandido, criminoso cruel e cavaleiro de honra, é justificada por uma exceção em relação ao

modelo cavaleiresco. O poeta popular sertanejo dispõe de um rol de características herdadas que lhe autorizam valorizar ambos os aspectos da alma desta figura. Por exemplo, é comum o recurso de se usar o arrependimento e a conversão aos bons ideais, atitudes ligadas à religiosidade cristã, para justificar a visão do marginal como um herói que merece ser admirado.

A crença em Deus é uma resposta do sertanejo a todas as situações da vida. Há a convicção de que todo ser humano é perdoável e a salvação é oferecida como graça da misericórdia divina. A posição assumida pelo homem do sertão é sempre de resignação ao Criador, mesmo ante os flagelos impostos pelo clima, já que são determinados por Ele, no sentido de ser uma provação. Por isso, o sertanejo, herdeiro do cabedal religioso medieval (WECKMANN, 1993), enfrenta os sofrimentos cotidianos – seca, fome, miséria, abandono – como um destino imposto por Deus, para que tenha a possibilidade de purgar os pecados e completar o caminho que leva à salvação, já que a vida na terra é combate, é meio e não fim.

É possível concluir, portanto, que existe uma “voz ancestral”, na expressão de Zhumthor (1987, p. 255), transmitida pela memória, pela poesia oral, que diz aquilo que está latente no ser humano quanto à espiritualidade, que aproxima, por exemplo, os penitentes de outras épocas, principalmente os medievais, e o sertanejo. Na obra de Franklin Távora, como também em outras obras que buscam revelar nossa tradição, acontece a atualização de um antes, em um movimento de releitura e de transformação de uma fonte comum alimentada, sobretudo, pelos textos bíblicos relidos, continuada à maneira nordestina, singularizando relações sócio-histórico-culturais de um sertão, que é característico, mas que carrega elementos universais.

As relações entre Céu e Terra, o caráter obsedante da busca de salvação por meio de uma vida transitória, as provações, os sinais divinos, os exemplos, as histórias bíblicas são elementos que povoam o imaginário sertanejo como povoaram o do medievo. Conforme Franco Júnior (2003, p. 106-107),

[...] os imaginários são formas próprias de os homens verem o mundo e a si mesmos, portanto, criam elos, geram e mantêm grupos, despertam consciência social. Ao expressar valores coletivos, os imaginários dão ao homem a sensação de pertencer não apenas ao seu momento, mas de fazer parte de uma história.

Podemos, pois, considerar que as trovas sobre Cabeleira, bem como as cantorias sobre outros bandidos, estão relacionadas a um tema caro à Idade Média e ao sertanejo: a luta sem tréguas entre o Bem e o Mal como meio de exaltação das virtudes guerreiras e da misericórdia divina. Nesse sentido, a representação da valentia e da bravura, ligada aos valores tradicionais, fornece uma lógica à ação do bandido e oblitera as motivações criminosas, imprimindo a ele uma aura épica.

Assim como o gosto pelas novelas e romances tradicionais foi determinante para a construção de um modelo de herói sertanejo, no ciclo do cangaço, a coragem e o destemor são as suas qualidades fundamentais, contudo este cangaceiro geralmente apresenta um atenuante, isto é, uma desculpa ou “escudo ético” a justificar suas atitudes. Para que essa figura se identifique com o herói, é necessário que tenha um fundo de bondade e justifique “suas maldades”, como na história de Roberto do Diabo – narrativa de origem medieval muito popular no nordeste. Roberto era a valentia a serviço do Mal por culpa da mãe que fizera um pacto com o diabo; depois do arrependimento e da penitência, ele se tornou um paladino de Deus. Cabeleira converteu-se em bandido por imposição do pai; porém, assim como Roberto, arrependeu-se, penitenciou-se e salvou sua alma.

Diferentemente das trovas populares que destacam, no momento da força, o exemplo moral da punição e o medo do castigo divino sofrido pelo bandido (2004, p. 175):

Quem tiver seus filhos  
Saiba os ensinar;  
Veja o Cabeleira

Que se vai enforçar.

Adeus, minha mãe  
Ide por mim rezar,  
Que lá no outro mundo  
Eu irei penar.

Távora (1998) cria um longo percurso de transformação, motivada pelo amor e pela fé da amada, para explicar o arrependimento de Cabeleira e sua conversão. Justifica, assim, sua proposta inicial de refletir sobre “as circunstâncias de tempo e lugar” causadoras do banditismo, fornecendo ainda, através da imaginação românica, um exemplo edificante ligado à religiosidade cristã:

Com um olhar longo e rápido abrangeu a multidão que se apinhava em derredor do patíbulo, e proferiu, sem titubear, com voz ligeiramente alterada, estas palavras que a tradição recebeu como herança para transmitir às gerações vindouras:  
—Morro arrependido dos meus erros. Quando caí no poder da justiça, meu braço era já incapaz de matar, porque eu já tinha entrado no caminho do bem [...] (TAVORA, 1998, p. 132-133)

O romance, que utiliza o mundo do sertanejo e elementos arraigados na cultura nacional para recriar a história do primeiro bandido de nossa tradição, revela, pois, os substratos da figura lendária do cangaceiro relacionado ao herói mítico, presente em diferentes narrativas ao longo da história da humanidade (CAMPBELL, 2003, p. 76-77).

Cabeleira é, portanto, figura duplamente simbólica: da gênese do fenômeno e também da rebeldia. Conforme as reflexões enunciadas pelo autor na apresentação do romance, ele é exemplo do perigo representado pelos espíritos soltos, desamparados às suas próprias paixões e que podem tomar caminhos extremos quando não orientados pelo amor e pela religião. Entretanto, paralela a esta intenção moralista explicitada pelo autor, subjaz a fascinação provocada pela figura do rebelde, freqüentemente relacionado ao

Mal. Fascínio presente na tradição oral e na erudita, despertado por personagens que tudo ousaram para satisfazer seus desejos — arquétipos da revolta e da desobediência, como Lúcifer e Fausto.

Este aspecto, fundamental, permitiu aos cantadores e cordelistas sertanejos criar um ciclo épico, no final do século XIX e início do XX, característico da literatura popular sertaneja, que também inspirou — e inspira — escritores eruditos de ontem e hoje.

## REFERÊNCIAS:

- BARROSO, G. *Heróis e bandidos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.
- BASTIDE, R. *Brasil terra de contrastes*. São Paulo: 2. ed. São Paulo: Difel, 1964.
- CAMPBELL, J. *O herói de mil faces*. 8. ed. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 2003.
- CASCUDO, L. C. *Cinco livros do povo*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1953.
- \_\_\_\_\_. *Viajando o sertão*. Natal: Fundação José Augusto, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Literatura oral no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1978.
- COSTA, F. A. P. *Folk-lore pernambucano*. Recife: CEPE, 2004.
- DAUS, R. . *O ciclo épico dos cangaceiros na poesia popular do nordeste*. Trad. Rachel Teixeira Valença. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1982.
- DENIS, F. *Brasil*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1976. v. 2.
- FACÓ, R. *Cangaceiros e fanáticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- FRANCO JÚNIOR, H. O fogo de Prometeu e o escudo de Perseu: reflexões sobre a mentalidade e o imaginário. *Signum*, n. 5, 2003. p.73-116.
- GAMA, J. B. F. *Memórias históricas da província de Pernambuco*. 2. ed. Recife: Arquivo Público Estadual, 1977.
- HOBBSAWM, E. J. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

- KOSTER, H. *Viagens ao nordeste do Brasil*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, 1978.
- LIMA, M. O. *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*. Recife: Governo do Estado – SEEC, 1972.
- MELLO, F. P. de. *Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. São Paulo: A Girafa, 2004.
- NEGRÃO, L. N. Revisitando o messianismo no Brasil e profetizando seu futuro. *Revista brasileira de Ciências Sociais*. v.16, n. 46. São Paulo: Anpocs, Jun. de 2001.
- PELOSO, S. *O canto e a memória: história e utopia no imaginário popular brasileiro*. São Paulo: Ática, 1996.
- QUEIROZ, M. I. P. *Os cangaceiros*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- SILVA, S. V. (org.). *A igreja e o controle social nos sertões nordestinos*. São Paulo: Paulinas, 1988.
- SIMONSEN, R. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. 8. ed. São Paulo: Nacional, 1978.
- TÁVORA, F. *O Cabeleira*. 8. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- VAINÉAS, R. *Trópico dos pecados*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- VILLA, M. A. *Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática, 2000.
- ZUMTHOR, P. *La lettre et la voix de la littérature médiévale*. Paris: Édition du Seuil, 1987.
- WECKMANN, L. *La herencia medieval del Brasil*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.